

SOLIDARIEDADE SILENCIOSA?

Filipe Nyusi continua em silêncio perante um ataque brutal que comoveu o mundo

- Imagens aéreas mostram uma vila abandonada pela população e com sinais de destruição
- FDS dizem que inimigo continua activo em algumas zonas, mas Estado Islâmico reclama controlo total da vila de Palma
- Afungi virou centro de trânsito e o roncar das máquinas foi substituído por gritos de desespero de quem perdeu tudo
- Total continua a desmobilizar homens e meios e não se sabe que condições irá exigir para a retoma dos trabalhos
- Lista com mais de 700 nomes de pessoas que ainda não foram localizadas está a circular desde segunda-feira



As Forças de Defesa e Segurança (FDS) ainda não conseguiram recuperar a totalidade da vila de Palma, palco de um brutal ataque terrorista desde a tarde de quarta-feira. A imprensa testemunhou ontem (segunda-feira) que

parte da vila continua dominada pelos insurgentes, depois de sobrevoar Palma em helicópteros da Força Aérea de Moçambique. As imagens aéreas mostram uma vila fantasma, completamente abandonada pela população e com sinais de destruição.

Numa das ruas é possível ver 6 (seis) viaturas que faziam parte da coluna de 17 carros que caiu na emboscada dos insurgentes na sexta-feira quando tentava evacuar mais de 150 pessoas que estavam no Hotel Amaru-la.



O Ministério da Defesa Nacional confirmou a morte de 7 (sete) pessoas que seguiam na coluna desguarnecida, mas não precisou as nacionalidades das vítimas. Sabe-se, porém, que uma delas é um sul-africano. Localizado fora do centro da vila de Palma, o Hotel Amarula serviu de refúgio para muitos trabalhadores (sobretudo estrangeiros) e dirigentes do Governo distrital, facto que o transformou em alvo preferencial dos insurgentes. Esteve sob fogo cruzado durante dois dias, situação que dificultou as operações de evacuação por via aérea.

Outras viaturas foram abandonadas perto do mar, provavelmente pelas pessoas que conseguiram passar pela emboscada e foram socorridas através de barcos. Mas a verdadeira fotografia do rasto de destruição causado pelos insurgentes será conhecida hoje, dia em que a imprensa volta à Palma para aterrar na zona controlada pelas FDS. Ainda assim, não será fácil apurar o número e a identidade de pessoas assassinadas durante as investidas dos insurgentes.

Localizado fora do centro da vila de Palma, o Hotel Amarula serviu de refúgio para muitos trabalhadores (sobretudo estrangeiros) e dirigentes do Governo distrital, facto que o transformou em alvo preferencial dos insurgentes. Esteve sob fogo cruzado durante dois dias, situação que dificultou as operações de evacuação por via aérea.

O Ministério da Defesa Nacional fala de dezenas de pessoas mortas, enquanto o Estado Islâmico reclama ter morto 55 efectivos das FDS e "muitos" civis. No comunicado¹ através do qual assume a autoria dos ataques terroristas, o Estado Islâmico reclama o controlo da vila de Palma, incluindo edifícios do Governo distrital, bancos e empresas. Esta é a terceira vez que a organização terrorista reivindica ataques em Cabo Delgado, depois da Mocimboa da Praia e Muidumbe (vila de Namacande), respectivamente em Agosto e Novembro de 2020.

O assalto à Palma demonstrou uma grande capacidade de infiltração e coordenação: parte dos insurgentes conseguiu entrar na vila com as suas armas disfarçadas de carga normal e outros posicionaram-se nas principais entradas de Palma. A partir das 16H15 começaram a atacar a vila em três direcções, tendo como alvos preferenciais as instalações e posições das FDS. O objectivo dos insurgentes era reduzir a capacidade de resposta das FDS antes de partirem para outros alvos na vila.

¹ https://www.europapress.es/internacional/noticia-estado-islamico-reclama-autoria-ataque-palma-asegura-controlar-ciudad-norte-mozambique-20210329161300.html?fbclid=IwAR3XyQcve9Inl5TXW3-ZWOZmOCUWpT3b1vC5xxHGGj_GzrwXWuEtlbo



Da falha não surpreendente do SISE às revelações suspeitas do DAG

O ataque apanhou de surpresa toda a estrutura das FDS e do Governo distrital, uma vez que não tinha havido nenhum alerta do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE). Aliás, este foi o primeiro assalto terrorista a uma sede distrital que aconteceu na presença do Administrador do Distrito. Quando os ataques começaram, Agostinho Ntuali “refugiou-se” no Hotel Amarula e fez parte das primeiras pessoas que foram evacuadas por helicópteros até Afungi. Em 2020, quando os insurgentes assaltaram as sedes distritais de Quissanga, Mocímboa da Praia (duas vezes), Muidumbe (duas vezes) e Macomia, os respectivos Administradores já tinham sido retirados das vilas na sequência de informações sobre ataques iminentes emitidas pelo SISE.

Mas os mesmos serviços secretos não conseguiam detectar sinais de ataque iminente em Palma, cuja vila estava em alerta máximo há vários meses. O DAG, a empresa militar privada contratada pelo Ministério do Interior em finais de Março de 2020 para apoiar as FDS no combate ao extremismo violento, diz que alertou as autoridades sobre a iminência de um ataque à vila de Palma, mas seu alerta não foi levado a sério. A empresa de “mercenários”, cuja presença no chamado Teatro Operacional Norte é contestada em

surdina pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), termina o seu contrato na próxima semana e tudo indica que não haverá uma terceira renovação.

Há várias razões para a não prorrogação do contrato: o DAG não tem meios modernos e/ou apropriados para combate aéreo: à excepção dos helicópteros Gazelle, as outras aeronaves da empresa não são necessariamente de combate, mas foram adaptadas e equipadas com armas. O DAG já estava em operações quando os terroristas assaltaram a sede do Distrito de Muidumbe (Namacande) e massacraram 52 jovens na aldeia de Xitaxi - no mesmo distrito, e assaltaram a sede do Distrito de Macomia e, por duas ocasiões, a vila municipal da Mocímboa da Praia – que ainda se encontra ocupada. Isto mostra que a sua presença em Cabo Delgado não foi suficiente para conter o avanço dos grupos terroristas.

Mais grave ainda é que o DAG é acusado de violação dos direitos humanos em Cabo Delgado. Segundo o mais recente relatório da Amnistia Internacional, os operacionais da empresa militar privada dispararam metralhadoras dos helicópteros e lançaram granadas de mão indiscriminadamente contra multidões, além de dispararem contra infra-estruturas civis, como hospitais, escolas e residências. Esta semana, o director do DAG, o coro-

nel Lionel Dyke, confirmou, em entrevista à BBC, que seus operacionais tinham atacado um hospital em Cabo Delgado. Sem precisar nome, Lionel Dyke alegou que o ataque com heli-canhões foi com consentimento de um general das FDS². Na mesma entrevista, o coronel que já combateu contra a guerrilha da Renamo a pedido do Governo de Samora Machel, disse que as FDS estão “desmoralizadas” e não têm equipamento apropriado para conter a guerrilha.

Liderada pelo Comandante-geral da PRM, Bernardino Rafael, a contratação do DAG ocorreu num contexto em que Moçambique não aderiu ao Documento de Montreux sobre Obrigações Legais Internacionais Pertinentes e Boas Práticas Relacionadas com as Operações de Companhias Particulares Militares e de Segurança durante Conflito Armado para os Estados, uma iniciativa do Governo da Suíça e do Comité Internacional da Cruz Vermelha. Aplicável nos Estados contratantes de empresas militares (como Moçambique) e nos Estados de origem (como África do Sul), o Documento de Montreux reafirma a obrigação dos Estados de assegurarem que as empresas militares privadas e de segurança que operam em conflitos armados cumpram com o Direito Internacional Humanitário e os direitos humanos.

² <https://www.bbc.co.uk/sounds/play/w172xv50mcj7nv2?fbclid=IwAR3easbTwekuMW9PZ6M0YPclTfziBnjNjQQ27AvEDQvYX0liFbuBShc9p8A>

Além de contestar a presença do DAG, as FADM reclamam o controlo de todas as operações de combate ao extremismo violento em Cabo Delgado como forma de evitar dois centros de comando. Na verdade, desde que os ataques iniciaram em Outubro de 2017, o Presidente da República sempre deu protagonismo ao Comando-Geral da PRM que, além de liderar o comando operacional Norte, tem milha-

res de homens da Unidade de Intervenção de Rápida (UIR) envolvidos nos combates.

O protagonismo atribuído à PRM não só cria problemas de comando como também viola a Lei nº17/97, de 1 de Outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança. No seu artigo 7, a lei supracitada define a Defesa Nacional como "a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos, que visa assegurar a independência e a

unidade nacional, preservar a soberania, a integridade e a inviolabilidade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer ameaça ou agressão armada". O artigo 8 da Lei nº17/97, de 1 de Outubro, estabelece, porém, que a componente militar da Defesa Nacional é assegurada pelas FADM e a não militar pelos demais órgãos do Estado.

Afungi: Futura cidade de gás e de prosperidade virou centro de trânsito de pessoas desesperadas



Enquanto Palma virou uma vila fantasma, a península de Afungi transformou-se num centro de trânsito das vítimas do extremismo violento. Elas chegam de Palma, a maioria caminhando e outros de barcos e helicópteros, e seguem outra viagem por mar e ar até Pemba, capital de Cabo Delgado. Os ataques da semana passada voltaram a adiar a retoma dos trabalhos na cada vez mais utópica cidade do gás, mas as poucas infra-estruturas existentes pelo menos servem agora de plataforma segura para quem foge dos ataques terroristas. O roncar das máquinas envolvidas na construção do complexo industrial de gás natural liquefeito foi substituído por gritos de desespero de pessoas que perderam seus familiares na vila de Palma. Elas aguardam pela sua vez para embarcar para Pemba, desamparadas e deserdadas dos bens acumulados com tanto sacrifício durante anos de trabalho.

Até aqui, a esmagadora maioria das pessoas socorridas de Palma para Afungi e daqui até Pemba é constituída por traba-

lhadores da petrolífera francesa Total e de outras empresas directa e indirectamente envolvidas na construção do complexo industrial da Mozambique LNG. A Total, operador do projecto da Área 1 da bacia do Rovuma, anunciou a suspensão da retoma dos trabalhos e está a desmobilizar os trabalhadores baseados em Afungi e colocou meios de transporte para sua evacuação até Pemba. Nos acampamentos fica o pessoal essencial para garantir os trabalhos de manutenção e a segurança das instalações. Como sempre, os habitantes da vila de Palma - aqueles que não têm nenhuma ligação com os projectos de gás, tiveram que contar com as suas próprias forças para fugir dos ataques. A maioria refugiou-se nos distritos de Nangade e Mueda e outros atravessaram para a Tanzânia.

Uma lista com mais de 700 nomes de pessoas desaparecidas está a circular desde segunda-feira e a maioria são trabalhadores de empresas baseadas na vila de Palma e funcionários da administração distrital. As únicas pessoas sem ligação com empresas

e/ou com administração de Palma não ultrapassam 40 e são procuradas pelas respectivas famílias. Isso revela que toda a estrutura montada para apoiar as vítimas dos ataques - evacuação para locais seguros, identificação e localização de pessoas desaparecidas - está mais virada para trabalhadores e funcionários, marginalizando as comunidades locais que vivem da pesca, agricultura e comércio informal.

Na verdade, a repercussão internacional dos ataques à vila de Palma deve-se ao facto de, pela primeira vez, terem visado pessoas e interesses estrangeiros. Além do sul-africano morto e do português ferido, há três cidadãos da África do Sul que continuam desaparecidos, sendo que um deles tem dupla nacionalidade: sul-africana e britânica. Várias empresas de capitais estrangeiros baseadas em Palma foram vandalizadas. Outra razão que deu visibilidade aos ataques em Palma é a proximidade com Afungi, o centro das operações petrolíferas cujos investimentos rondam os 20 mil milhões de dólares.

Que condições a Total irá impor para retomar os trabalhos do projecto Mozambique LNG

O ataque de quarta-feira aconteceu um dia depois do Governo e a Total terem anunciado a retoma gradual das obras de construção do complexo industrial de Afungi a partir de Abril. O anúncio aconteceu três meses depois de a Total ter interrompido os trabalhos devido às ameaças de segurança, após ataques nas proximidades da zona de implementação do projecto Mozambique LNG. Na sequência, a petrolífera francesa exigiu às autoridades moçambicanas a definição e implementação de um plano de acção com o objectivo de reforçar a segurança num perímetro de 25 quilómetros do centro das operações petrolíferas.

Em resposta, o Governo declarou a área do projecto Mozambique LNG como sendo uma zona de operação especial de segurança e reforçou as infra-estruturas de segurança e o contingente das FDS para garantir a retoma das obras de construção da fábrica de GNL e dos programas de desenvolvimento comunitário. O controlo da zona de operação especial da área de segurança continua a ser assegurado exclusivamente pelas FDS, à luz do memorando de entendimento assinado entre o Governo e a Total em Agosto de 2020.

E agora? Que exigências a Total irá colocar ao Governo como condição para a retoma dos trabalhos em Afungi. O que é o Governo irá fazer para garantir a continuidade dos projectos de gás natural do Rovuma em condições de segurança e de competitividade para o desenvolvimento de Cabo Delgado e de Moçambique em geral? Será que o Governo vai abrir mão do argumento de soberania nacional e permitir intervenções militares estrangeiras pontuais? Ou vai continuar a alimentar a propaganda de que a situação está controlada até ao próximo ataque de grandes proporções?

Enquanto isso, o Presidente da República e Comandante-Chefe das FDS continua em silêncio, como se Palma fosse um pedaço de terra fora das fronteiras nacionais. Um ataque brutal que fez dezenas de víti-



mas humanas, forçou o deslocamento de milhares de pessoas e destruiu muitas famílias, destruiu interesses empresariais que empregavam milhares de moçambicanos e voltou a adiar a realização de avultados investimentos aprovados para a bacia do Rovuma com potencial para a transformação estrutural da economia de

Moçambique, não é suficiente para mobilizar o Presidente da República a fazer uma comunicação à Nação. Vale lembrar que Filipe Nyusi já fez mais de 10 comunicações à Nação no âmbito da prevenção da pandemia da Covid-19. E para a semana voltará a falar à Nação sobre a Covid-19.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

